

ARGUMENTAÇÃO E POLIFONIA NA PRODUÇÃO DE TEXTOS DE OPINIÃO: REPENSANDO A FUNÇÃO DO “MAS”

Marcos Antônio da Silva¹ (UFPB/PROLING/CAPES)
sambiar@ig.com.br

Erivaldo Pereira do Nascimento² (UFPB/PROLING/CNPq)
erivaldo@ccae.ufpb.br

RESUMO

Este artigo apresenta um recorte de uma dissertação de mestrado na qual foi realizada uma análise semântico-discursiva do *mas* na produção do texto de opinião. Tal empreendimento está fundamentado na Teoria da Argumentação na Língua postulada por Ducrot e colaboradores (1987 1988 e 1994). Nosso *corpus* é constituído de textos de opinião produzidos por alunos candidatos no Processo Seletivo Seriado - (PSS) 2009 - da UFPB, coletados em fevereiro do mesmo ano. A análise nos possibilitou compreender e descrever o funcionamento do *mas* na produção do texto de opinião, bem como entender o posicionamento do locutor diante dos diferentes pontos de vista presentes nos enunciados. Ainda com base nas análises é relevante afirmar que o *mas* presente no textos analisados pode orientar os enunciados para conclusões opostas, mas também para conclusões que se complementam.

PALAVRAS-CHAVE: Argumentação. Polifonia. Texto de opinião.

ABSTRACT

This paper presents a piece of a Master's dissertation which was made a semantic-discursive analysis of *mas* operator in the opinion textual production. The research is based on the Argumentation Theory in Language that is proposed by Ducrot et al (1987, 1988 and 1994). Our *corpus* consists in opinion texts which were produced by candidates students in the achievement of SERIES SELECTION PROCESS (PSS-2009) from Federal University of Paraíba (UFPB). These texts were collected in February at the same year. We can understand and describe the *mas* operation in the production of opinion text, as well as we can also understand the positioning of the speaker on the different points of view present in the statements. Still based on the analysis, it is pertinent to affirm that the *mas* operator present in the analyzed texts can guide the statements to contrary conclusions, but also to conclusions which, to some extent, are complemented.

KEY WORDS: Argumentation. Polyphony. Opinion Text.

¹ Doutorando em Linguística pelo PROLING/ Bolsista CAPES.

² Doutor em Linguística, Professor da UFPB e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

INTRODUÇÃO

Conhecer uma língua e utilizá-la de forma eficiente é conhecer seus recursos e estratégias de usos, bem como sua plasticidade, quando da exigência de utilização nos diferentes contextos sociais. Logo, pensar em ensino de língua é também re-pensar a concepção de linguagem que se está levando para a sala de aula.

Neste artigo, percebemos a linguagem enquanto processo de interação entre os indivíduos, posição já defendida por Bakhtin (1999), Koch (2007), dentre outros estudiosos, por entendermos que a linguagem serve muito mais do que simplesmente para nomear seres e que vai além de um instrumento de comunicação, uma vez que ela dirige relações humanas. Assim, é através da linguagem que expomos nossas opiniões, organizamos nossas falas com base em determinados objetivos e interagimos com nossos interlocutores.

Dessa forma, constitui objetivo nosso, nesse estudo, analisar o funcionamento semântico-discursivo do operador *mas* em produções textuais de alunos egressos do ensino médio. Os textos foram produzidos durante o PSS (Processo Seletivo Seriado-2009), da Universidade Federal da Paraíba, quando do momento da realização da prova de redação. Nosso *corpus* é constituído de 139 redações, no entanto, por motivo de espaço, trouxemos para nossa análise apenas oito textos.

O estudo aqui em questão faz parte de uma pesquisa de mestrado e está vinculado ao projeto “Estudos Semântico-Argumentativos de Gêneros do Discurso: redação escolar e gêneros formulaicos (ESAGD)”, financiado com recursos do CNPq³, cujo objetivo é descrever a estrutura semântico-argumentativa de gêneros textuais do universo oficial/empresarial, denominados de formulaicos, e da redação escolar.

Este artigo tem como bases norteadoras os trabalhos apresentados por Anscombe-Ducrot (1994), Ducrot (1987 e 1988), sobre a Teoria da Argumentação na Língua, bem como Guimarães (1987) e Vogt e Ducrot (1980), sobre os operadores argumentativos.

Tal estudo nos possibilitou observar e descrever o funcionamento do operador *mas*, na produção textual, e verificar que usos não previstos na teoria se materializam nos textos produzidos.

³ O projeto ESAGD é coordenado pelo professor doutor Erivaldo Pereira do Nascimento e tem apoio do CNPq, processo número: 501922/2009-1.

1. TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA: ANSCOMBRE E DUCROT

Proposta por Ducrot (1988) e Ducrot e colaboradores (1994), a Teoria da Argumentação na Língua (TAL) percebe a argumentação como algo inerente à língua. Essa concepção está vinculada ao fato destes linguistas verificarem que há orientações de natureza argumentativa na significação de determinados enunciados. Consoante esse estudioso (1988, p.49), essa teoria tem “[...] como principal objetivo se opor à noção tradicional de sentido”. Para demonstrar tal oposição foram traçadas algumas considerações a respeito da noção de sentido.

As pesquisas apresentadas por Ducrot (1988) postulam que a noção tradicional de sentido afirma que um enunciado apresenta três indicações de sentido: objetivas, subjetivas e intersubjetivas. Para explicar sua crítica a essa noção, Ducrot (1988, p. 50) traz o enunciado: *Pedro é inteligente*.

Observando esse enunciado, é possível identificar que o sentido objetivo é a descrição de uma realidade, ou seja, a descrição de Pedro; o subjetivo é a intenção do falante ao mostrar admiração por Pedro, e o intersubjetivo é o que o falante espera causar no seu interlocutor, ou seja, que o outro pode confiar em Pedro.

Assim, esse autor propõe que se a realidade é descrita através da linguagem, essa forma de descrevê-la se dá por meio dos aspectos subjetivos e intersubjetivos. A junção desses aspectos é considerada por esse estudioso como o valor argumentativo dos enunciados. No interior da TAL, considerando já os estudos sobre os operadores argumentativos, Ducrot (1988, p.51) chegar a afirmar que “O valor argumentativo de uma palavra é por definição a orientação que essa palavra dá ao discurso”.

Percebendo, pois, que em todas as esferas sociais precisamos expor nossas opiniões, argumentar, discutir sobre fatos do cotidiano, acrescentamos ao nosso estudo a contribuição de Espíndola (2004, p.13) ao afirmar que, não só a língua é argumentativa, como propunha Ducrot (1988), mas “[...] o uso também é argumentativo”.

De acordo com Koch (2004, p. 17), “[...] a interação social por intermédio da língua caracteriza-se, fundamentalmente, pela argumentatividade”. Essa interação – ação verbal – é marcada por uma intenção daquele que fala/escreve. Assim, pode-se dizer que argumentar é orientar o discurso tendo em vista uma conclusão pré-determinada.

As pesquisas concernentes à argumentação empreendidas por Ducrot (1988) apresentam ainda o conceito de *polifonia* na língua.

Inicialmente, o termo *polifonia* foi utilizado no universo musical para se referir a um tipo de composição na qual ocorre uma superposição de vozes. Mikhail Bakhtin (2002 [1997]), nos estudos literários, utilizou o termo para diferenciar dois tipos de literatura: a *literatura dogmática* e a *literatura polifônica* ou *carnavalesca*. Aquela ocorre quando há a presença de apenas uma única voz ou ainda quando o autor decide/julga o pensamento da personagem, enquanto esta ocorre quando os inúmeros personagens existentes, no romance, por exemplo, apresentam-se por si mesmas, ou seja, têm vidas próprias. Para esse autor, o melhor exemplo de literatura polifônica é a obra de Dostoiévski.

É com Ducrot (1987) que a noção de polifonia chega aos estudos linguísticos, a fim de demonstrar como se dá a presença de pelo menos dois pontos de vista em um mesmo enunciado. Para esse linguísta é possível distinguir dois tipos de polifonia: a polifonia de locutores e a polifonia de enunciadores. A primeira ocorre, geralmente, no discurso relatado no estilo direto, indireto ou indireto livre. Encontramos polifonia de locutores em exemplos como: “Pedro me disse: eu irei amanhã”. Nesse exemplo, o primeiro enunciado pertence ao locutor L1 e o segundo enunciado ao L2. O que acontece é que o locutor L1 produz seu enunciado e recupera o enunciado produzido por L2 e os funde em um só acontecimento enunciativo. Além disso, podemos perceber que as marcas linguísticas, como os pronomes *me* e *eu*, pertencem a produtores/locutores distintos.

Ocorre, por outro lado, a polifonia de enunciadores quando em um mesmo enunciado há a presença de vários enunciadores, ou seja, vários pontos de vista diferentes. Assim, Ducrot (1988, p. 69-70) apresenta o enunciado “Tenho vontade de passear, mas tenho dor nos pés”, na qual é possível identificar os seguintes pontos de vista:

- E1: Tenho vontade de passear;
- E2: Irei passear/ ao passeio; (conclusão r)
- E3: Mas tenho dor nos pés;
- E4: Não irei passear. (conclusão não-r)

Nesse caso, podemos afirmar que o locutor responsável por esse enunciado assimila E1, identifica-se com os enunciadores E3 e E4 e rechaça E2, que foi a primeira conclusão produzida com base apenas na primeira proposição.

A presença dessas poucas palavras sobre a polifonia se faz relevante pelo fato de em nossas análises nos depararmos com a estrutura *masPA*, que, conforme Ducrot (1988), possui índice de polifonia.

2. A GRAMÁTICA TRADICIONAL E AS CONJUNÇÕES COORDENATIVAS ADVERSATIVAS: VERDADEIROS OPERADORES ARGUMENTATIVOS

Conforme Nicola e Infante (1997, p. 232), conjunção “[...] é a palavra invariável usada para ligar orações ou termos semelhantes (de mesma função sintática) de uma oração”. Para esses autores a palavra *mas* está presente nas orações coordenadas adversativas, bem como *porém*, *contudo*, *todavia*, *entanto*, *entretanto* e ainda as locuções *no entanto*, *não obstante*, *nada obstante*, introduzindo essa oração e exprimindo contraste, oposição ou compensação em relação à anterior. Como exemplo, os autores apresentam (1997, p. 302): *Este mundo é redondo mas está ficando muito chato* (Barão de Itararé) e *O amor é difícil mas pode luzir em qualquer ponto da cidade* (Ferreira Gullar).

Faraco e Moura (2002, p.369) afirmam que conjunção “[...] é a palavra invariável que estabelece relação entre duas orações ou entre dois termos que exercem a mesma função sintática”. Esses autores trazem como exemplo a oração: *Gostaria de ler bastante, mas não tenho tempo*.

Os autores também reservam o *mas* como pertencendo ao mesmo grupo de *porém*, *todavia*, *contudo* etc., que são as conjunções adversativas e apresentam “relação de oposição”.

Para Bechara (2009, p. 319), “A língua possui unidades que têm por missão reunir orações num mesmo enunciado”, classificadas tradicionalmente como conjunções coordenativas ou subordinativas. Aquelas têm como função reunir “orações que pertencem ao mesmo nível sintático: dizem-se independentes umas das outras e, por isso mesmo, podem aparecer em enunciados separados.”

Sobre as conjunções coordenativas adversativas, Bechara (2009, p. 321), considera que a característica dessas é que elas “[...] enlaçam unidades apontando uma oposição entre elas”. Como exemplo dado pelo autor, temos: *Acabou-se o tempo das ressurreições, mas continua o das insurreições*.

De acordo com o conceito colocado por Bechara (2009), podemos entender que entre *acabar o tempo das ressurreições* e *continuar o das insurreições* ocorreria uma relação de oposição. Esse mesmo autor ainda considera as conjunções *mas*, *porém* e *senão* “adversativas por excelência”. De acordo com Bechara (2009, p. 321), a explicação seria a seguinte: “Ao contrário das aditivas e alternativas, que podem enlaçar duas ou mais unidades, as adversativas se restringem a duas. *Mas* e *porém* acentuam a oposição; *senão* marca a incompatibilidade”.

Os estudos empreendidos por Koch (1999, p. 17), já a partir de uma abordagem da semântica-argumentativa, revelam que os operadores têm como função relacionar semanticamente elementos no interior do texto, essenciais para a interpretação do mesmo. A pesquisadora afirma ainda que “A coesão, por estabelecer *relações de sentido*, diz respeito ao conjunto de recursos semânticos por meio dos quais uma sentença se liga com a que veio antes, aos recursos semânticos mobilizados com o propósito de criar textos”. Trata-se, portanto, de um “elo coesivo” o funcionamento desses recursos coesivos, na produção textual.

Consoante, ainda, essa autora (2007, p.31-38) os operadores podem ser classificados da seguinte maneira:

- a) Operadores que assinalam o argumento mais forte de uma escala orientada no sentido de determinada conclusão: *até, mesmo, até mesmo, inclusive*.
- b) Operadores que somam argumentos a favor de uma mesma conclusão: *e, também, ainda, nem, não só... mas também, tanto...como, além de..., além disso..., a par de..., etc.*
- c) Operadores que introduzem uma conclusão relativa a argumentos apresentados em enunciados anteriores: *portanto, logo, por conseguinte, pois, em decorrência, conseqüentemente, etc.*
- d) Operadores que introduzem argumentos alternativos que levam a conclusões diferentes ou opostas: *ou, ou então, quer...quer, seja...seja, etc.*
- e) Operadores que estabelecem relações de comparação entre elementos, com vistas a uma dada conclusão: *mais que, menos que, tão...como, etc.*
- f) Operadores que introduzem uma justificativa ou explicação relativa ao enunciado anterior: *porque, que, já que, pois, etc.*
- g) Operadores que contrapõem argumentos orientados para conclusões contrárias: *mas* (porém, contudo, todavia, no entanto, etc.), *embora* (ainda que, posto que, apesar de (que), etc.).
- h) Operadores que tem por função introduzir no enunciado conteúdos pressupostos: *já, ainda, agora, etc.*
- i) Operadores que se distribuem em escalas opostas, isto é, um deles funciona numa escala orientada para a afirmação total e o outro, numa escala orientada para a negação total: *um pouco e pouco*.

Como se percebe acima, o operador *mas* pertence ao grupo G, ou seja, ao grupo dos operadores que contrapõe argumentos orientando os enunciados para conclusões opostas.

Em artigo intitulado de “De *magis* a *mas*: uma hipótese semântica”, Ducrot e Vogt (1980) mostraram-se ser os primeiros linguistas a realizar um estudo mais profundo do *mas*, como operador argumentativo. Para esses autores uma possível explicação é que a palavra *mas*, presente em algumas línguas como o português (*mas*), o francês (*mais*) e o italiano (*ma*), tenha se formado a partir do advérbio *magis* proveniente da língua latina, e não do adversativo latino *sed*. Em algumas línguas, esse advérbio deu origem a outros vocábulos, como é o caso da língua portuguesa em que há a existência de *mais* e *mas*, para usos como *Pedro é mais alto que o irmão* ou *Pedro quer ser aprovado mas não estuda*. Vale salientar que, às vezes, na oralidade é quase impossível identificar diferenças de pronúncia nos dois vocábulos.

Entretanto, em línguas como o francês, o advérbio latino originou apenas a palavra *mais* que corresponde ao nosso *mas*, funcionando como conjunção adversativa, como em *Le livre est petit, mais est très bon* (O livro é pequeno, mas é muito bom); quando é exigida a comparação usa-se *plus*, como em *Il est plus intelligent que son frère* (Ele é mais inteligente que seu irmão).

Dando continuidade aos estudos sobre o *magis*, esses autores distinguiram dois tipos de *mas*, dele derivados, que apresentam funções diferentes, que seriam o *masSN* e o *masPA*. Ducrot e Vogt (1980, p. 102) explicitam que o *masSN* corresponde ao alemão *sondern* e ao espanhol *sino*. O *masPA* equivale ao espanhol *pero* e ao alemão *aber*. A função de um *masSN* é retificar; sua posição no enunciado é sempre “[...] depois de uma proposição negativa $p = \text{não-}p'$, e introduz uma determinação q que substitui a determinação p' negada em p e atribuída a um interlocutor real ou virtual”. Como exemplo, os autores destacam o enunciado: *Ele não é inteligente, mas apenas esperto*.

Assim, o desenho do enunciado seria: *Ele não inteligente* (p) \leq (p') \Rightarrow *mas apenas esperto* (q), onde p é a proposição enunciada, p' a conclusão realizada pelo interlocutor, e substituída por q , tornando p' um *não- p'* , ou seja uma determinação descartada/retificada por q .

Sobre o fato de o *masSN* exigir que a proposição anterior seja negativa, Guimarães (1987, p. 61-62), ao realizar estudos sobre o funcionamento das conjunções no português, afirma que esse conectivo aparece com a “[...] função de correção de algo suposta ou realmente dito antes”, como no exemplo exposto pelo autor: *Ela não é nadadora mas atleta*.

No tocante ao *masPA*, os autores fazem uma ressalva no que diz respeito a sua origem, pois o mesmo pode ter sido ou derivado do advérbio latino *magis*, como dito anteriormente, entretanto, sendo usado no latim vulgar, ou o advérbio latino teria formado “apenas o *masSN* que, em seguida, ter-se-ia estendido para preencher a função PA” (1980, p. 117).

Explicando a estrutura do funcionamento do *masPA*, Ducrot e Vogt (1980, p.104) afirmam que “[...] sua função é introduzir uma proposição q que orienta para uma conclusão *não-r* oposta a uma conclusão r para a qual p poderia conduzir”. Como exemplo para o exposto, os autores nos dão o seguinte enunciado: *Ele é inteligente, masPA estuda pouco*. Assim, seja *Ele é inteligente* (p), essa proposição orientará o interlocutor para a conclusão r (possivelmente, *ele é muito estudioso*), no entanto, o *masPA* introduz uma outra proposição *estuda pouco* (q) gerando, portanto, uma conclusão *não-r* que diverge da conclusão anterior r indicada pelo segmento.

Aplicando os mesmos critérios de teste aos enunciados produzidos com o *masPA*, Guimarães (1987, p. 63-64) aponta, a partir do seguinte exemplo: *Paulo era o mais adequado para o cargo mas não foi o escolhido*.

Conforme dito anteriormente, Ducrot (1988) assevera que o operador argumentativo *masPA* também pode funcionar como um índice de polifonia nos enunciados. Com a presença do *masPA* em um enunciado, é possível não só identificar diferentes enunciadores, como também descrever o posicionamento do locutor responsável pelo discurso com relação a esses enunciadores.

Buscando traçar uma representação para as posições do locutor frente aos enunciadores, Ducrot (1988, p. 69-71) apresenta em três análises de enunciados com estrutura X *mas* Y as possíveis posições do locutor L. Ao final de suas análises, o pesquisador estabelece que:

“[...] **L rechaça siempre a E2** y se identifica com E4, es decir que el locutor siempre concluye no r. En quanto a E1 y E3 todo lo que podemos decir es que L no los rechaça, en unos casos puede aprobarlos, en otros casos puede identificarse con ellos⁴”. (Grifo nosso)

Assim, como pode ser observado na citação acima, esse autor propõe como regra que essas são as posições possíveis do locutor L em relação aos enunciadores presentes nos enunciados. No entanto, são possíveis outros posicionamentos de L com relação a E2, não previstos por Ducrot, conforme veremos em nossas análises.

3. O GÊNERO *TEXTO DE OPINIÃO*: ALGUMAS PALAVRAS

Segundo Marcuschi (2008), o interesse dos pesquisadores/estudiosos pelos gêneros textuais não é nada recente, mas ultimamente tem tomado grandes proporções.

No entanto, é preciso considerar que desde tempos longínquos esse objeto já despertava desejo em filósofos como Aristóteles (1966), com a *Poética*, quando classificava os gêneros literários em *tragédia*, *comédia* e *epopéia* e os gêneros da retórica em *judiciário*, *deliberativo* e *epidítico*, e Platão (2000), com *A República*, em seu diálogo com Adimanto, quando buscava fazer uma sistematização dos gêneros já estudados pelo autor de *A Poética*. É

⁴ [...] L rechaça sempre a E2 e se identifica com E4, quer dizer que o locutor sempre conclui não-r. Enquanto a E1 e E3 tudo que podemos dizer é que L não os rechaça, em uns casos pode aprová-los, em outros casos pode se identificar com eles. (Tradução nossa.)

relevante ressaltar que os filósofos citados não usavam o termo gêneros textuais, mas gêneros literários ou gêneros da retórica e que, por sinal, foram esses os gêneros até pouco tempo utilizados e estudados nas escolas e para diferentes concursos.

Nos estudos hodiernos sobre o tema em questão, o autor russo Mikhail Bakhtin (2000[1992]) surge com a proposta de que os gêneros do discurso são textos produzidos nas diversas esferas da sociedade. Para esse autor, os gêneros são constituídos de três elementos básicos: *estilo*, *estrutura composicional* e *conteúdo temático*. Esse autor afirma ainda que os gêneros do discurso podem ser considerados como “tipos relativamente estáveis de enunciados”. Isso significa dizer que os gêneros do discurso podem sofrer variações em quaisquer dos seus três elementos constituintes. Assim, uma carta pode ter um estilo informal (aquela que escrevo para um amigo mais íntimo) ou um estilo mais formal (aquela dirigida ao diretor da escola) e ainda assim será considerada uma carta, enquanto gênero.

Os estudos desenvolvidos por Marcuschi (2008) apresentam a distinção entre *tipos textuais* e *gêneros textuais*. Esse autor (2007, p.22), sobre os tipos textuais, afirma:

Usamos a expressão tipo textual para designar uma espécie de sequência teoricamente definida pela natureza linguística de sua composição {aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas}. Em geral, os tipos textuais abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: narração, argumentação, exposição, descrição, injunção.

Em relação aos gêneros textuais, Marcuschi (2008, p. 155) assevera que:

Os gêneros textuais são os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas. Em contraposição aos tipos, os gêneros são entidades empíricas em situações comunicativas e se expressam em designações diversas, constituindo em princípio listagens abertas. Alguns exemplos de gêneros textuais seriam: *telefonema*, *sermão*, *carta comercial*, *carta pessoal*, *romance*, *bilhete*, *reportagem*, *aula expositiva*, *reunião de condomínio*, *notícia jornalística*, *horóscopo*, *receita culinária*, *bula de remédio*, *lista de compras*, *cardápio de restaurante*, *instruções de uso*, *inquérito policial*, *resenha*, *edital de concurso*, *piada*, *conversação espontânea*, *conferência*, *carta eletrônica*, *bate-papo por computador*, *aulas virtuais* e assim por diante. Como tal, os gêneros são formas textuais escritas ou orais bastante estáveis, histórica e socialmente situadas.

Um aspecto relevante sobre os gêneros textuais é que, dependendo do seu propósito comunicativo, conteúdo temático e estilo, podem apresentar subgêneros. Podemos pensar, por exemplo, no gênero epistolar carta que pode desencadear na carta pessoal, na carta de pedido de emprego, na carta ao leitor, carta do leitor, carta de intenção, carta de recomendação, entre outras, e todas elas com seu propósito comunicativo específico visando a uma determinada situação.

Partindo da definição de gêneros discursivos proposta por Bakhtin e da de gêneros textuais proposta por Marcuschi (2008), consideraremos o texto de opinião um gênero textual/discursivo, até mesmo porque assim o foi considerado no PSS. Para tanto, foi urgente observar a proposta de Swales (*apud* Andrade, 2000, p. 1118), ao especificar as condições necessárias para considerar um texto como um gênero:

Um gênero compreende uma classe de eventos comunicativos, cujos exemplares compartilham os mesmos propósitos comunicativos. Esses propósitos são reconhecidos pelos membros mais experientes da comunidade discursiva original e constituem a razão do gênero. A razão subjacente dá o contorno da estrutura esquemática do discurso e influencia e restringe as escolhas de conteúdo e estilo. O propósito comunicativo é o critério que é privilegiado e que faz com que o escopo do gênero se mantenha focado estreitamente em determinada ação retórica compatível com o gênero. Além do propósito, os exemplares do gênero demonstram padrões semelhantes, mas com variações em termos de estrutura, estilo, conteúdo temático e público-alvo. Se forem realizadas todas as expectativas em relação àquilo que é altamente provável para o gênero, o exemplar será visto pela comunidade discursiva original como um protótipo. Os gêneros têm nomes herdados e produzidos pelas comunidades discursivas e importados por outras comunidades. Esses nomes constituem uma comunicação etnográfica valiosa, porém normalmente precisam de validação adicional.

A partir da definição apresentada por Swales, o texto de opinião nos parece atender a todos os três elementos apresentados por esse autor, constituindo, dessa forma, um gênero textual. Vejamos as condições possíveis para essa nossa posição, uma vez que o texto de opinião apresenta:

Propósito comunicativo: o locutor do texto de opinião terá seu(s) objetivo(s), o de “convencer alguém” a aceitar seu ponto de vista em relação a uma dada questão, em determinado contexto;

Razão subjacente: as escolhas, em relação ao conteúdo e estilo, tendo em mente os interlocutores os quais o produtor deseja atingir;

Padrões semelhantes: ainda que os textos de opinião possuam uma estrutura característica do gênero, podem variar em relação ao conteúdo temático (o texto pode abordar desde a questão do *funk* carioca à transposição das águas do Rio São Francisco); à estrutura (o texto pode ter apenas a metade de uma página, como duas ou mais páginas); ao estilo (formal ou informal) e ao público-alvo (desde o colega de sala ao Ministro da Saúde).

Com base nessas considerações, podemos dizer que o texto de opinião é o lugar onde o locutor apresenta sua opinião sobre um determinado fato/assunto, tendo como objetivo convencer seu interlocutor a aceitar/assumir o mesmo ponto de vista defendido por ele, o locutor.

Quando da elaboração de um texto de opinião, é necessário que o seu locutor adote uma posição (contra ou a favor) sobre um fato, e que através de argumentos teça essa posição. Para a confecção do texto de opinião, o indivíduo pode lançar mão, por exemplo, de estruturas como “Eu acho que...”, “Na minha opinião...”, “No meu ponto de vista...”, “Para mim...” etc., na construção daquilo que será enunciado. Expressões como: em primeiro lugar, finalmente, por um lado, por outro lado etc., servem para articular grupos de períodos, enquanto os tipos: assim, desse modo, etc., servem à conclusão do texto.

Além de garantir a coesão do texto, com o uso desses operadores e expressões, o locutor pode garantir o sucesso na aceitação do seu ponto de vista ou de seus argumentos em relação ao que ele propõe ao seu interlocutor.

4. O MAS NO TEXTO DE OPINIÃO: ANÁLISES

Analisamos nesta seção o operador *mas* na produção do texto de opinião. Ao todo são analisados, por motivo de espaço, oito textos produzidos durante a realização da prova de língua portuguesa no PSS (Processo Seletivo Seriado), para ingressar na UFPB (Universidade Federal da Paraíba), no ano de 2009.

A partir de duas citações extraídas da revista VEJA, uma sobre os direitos das crianças e outra sobre o número de menores abandonados, foi proposta a seguinte questão:

Imagine que você está participando de uma pesquisa de opinião, disponível em um site, em que são apresentados os textos acima, devendo responder à seguinte pergunta:

A ADOÇÃO RESOLVE O PROBLEMA DO MENOR ABANDONADO NO BRASIL?

Para o desenvolvimento das análises adotamos duas etapas: à primeira coube classificar, consoante classificação proposta por Vogt e Ducrot (1980), cada uma das ocorrências do operador *mas*, com o objetivo de verificar com que frequência cada uma das funções semântico-discursivas ocorre no referido *corpus*. Estivemos atentos, inclusive, para verificar se os alunos empregaram esse operador com outras funções não previstas por Ducrot e outros estudiosos da área.

À segunda etapa coube analisar e descrever as funções semântico-discursivas e os efeitos de sentidos gerados pelo(s) uso(s) desse operador.

Por ser esta pesquisa de caráter documental e com abordagem qualitativa, a nossa preocupação é, principalmente, fazer uma análise do(s) uso(s) do *mas* pelos alunos, não focamos nossa análise na quantificação e ocorrência desses operadores. No entanto, não deixamos de observá-la, até mesmo para que tivéssemos como verificar a ocorrência de cada uma das funções semântico-discursivas do referido operador, no *corpus* em estudo.

É relevante destacar aqui que a COPERVE, em seus concursos, trabalha com a noção de gêneros discursivos/textuais conforme postulações de Bakhtin (2000) e Marcuschi (2008), e apresenta, na prova de redação, a seguinte definição de texto de opinião:

Texto de opinião é um texto argumentativo, em que o autor apresenta seu ponto de vista acerca de determinado assunto, com o objetivo de convencer o leitor a aceitar suas idéias.

DUTRA, Vânia L.R. **O texto de opinião no ensino fundamental**. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/ixcnlf/10/13.htm>>. Acesso em: 21 nov. 2008.

a) Operador *mas*PA em que o locutor aprova parcialmente E2

Texto 01:

É preciso haver um controle responsável na adoção, isso é indispensável, **mas** as leis precisam ser revistas, como poder permitir a adoção por casais homossexuais. (TP)⁵

Na ocorrência do texto 01, o produtor do texto apresenta o argumento, e dá sua aprovação ao mesmo, de que é preciso que haja um controle no processo de adoção, o que leva o interlocutor a concluir que os critérios atuais para a adoção são eficazes e suficientes. Ao utilizar a estrutura *mas* no início da segunda proposição “Mas as leis precisam ser revistas, como poder permitir a adoção por casais homossexuais”, o produtor textual permite ao seu interlocutor concluir que “os critérios atuais não são completamente eficazes e suficientes. Como é possível observar, as conclusões não são opostas.

Polifonicamente, temos:

E1: É preciso haver um controle responsável na adoção, isso é indispensável.

E2: Os critérios atuais são eficazes e suficientes.

E3: **Mas** as leis precisam ser revistas, como poder permitir a adoção por casais homossexuais.

E4: Os critérios atuais não são totalmente eficazes e suficientes.

Nesse trecho, o locutor L identifica-se com E3 e E4, aprova E1 e rechaça parcialmente E2.

⁵ Os textos marcados com TP estão transcritos parcialmente. Aqueles marcados com TT, totalmente.

Texto 02:

A adoção de crianças é um ato muito nobre, **mas** ele sozinho não resolverá o problema do menor abandonado aqui no Brasil. (TP)

No tocante à análise do texto 02, há um argumento apresentado pelo locutor, o de que adotar é um ato nobre, argumento esse que leva o interlocutor à conclusão (de que a adoção contribui de forma significativa para a solução do problema do abandono de menores). Outro argumento que é apresentado pelo locutor é o de que esse ato (o de adotar), sozinho, não funciona no Brasil e, portanto, a adoção não resolverá totalmente esse problema dos menores abandonados.

Entre esses dois argumentos há o operador *mas*, cuja função, nessa ocorrência, é quebrar a expectativa do interlocutor em relação ao que vinha sendo posto pela primeira proposição. Ou seja, a proposição introduzida por esse operador direciona o ouvinte/interlocutor a produzir, agora, outra conclusão (não-r), que nesse caso, não será contrária a que ele já havia concluído, com base apenas no primeiro argumento. Isso significa dizer que, ainda que seja nobre, o ato de adotar não é suficiente para erradicar de forma definitiva o grande número de meninos abandonados nas ruas do país.

A polifonia dos enunciados pode ser explicitada da seguinte maneira:

E1: A adoção de crianças é um ato muito nobre.

E2: A adoção solucionará o problema do menor abandonado.

E3: **Mas** ele sozinho não resolverá o problema do menor abandonado aqui no Brasil.

E4: A adoção não solucionará por completo o problema do menor abandonado.

Nesse exemplo, o locutor L também aprova E3, identifica-se com E1 e E4 e rechaça parcialmente E2.

b) Operador *mas*PA em que o locutor rechaça totalmente E2

Texto 03:

[...] na verdade muitas delas não usufruem até porque as condições em que vivem não as favorecem para que esses direitos sejam gozados. Em geral elas pertencem a uma classe menos favorecida.

Mas tudo isso pode ser mudado, quando houver mais impenho por parte da sociedade como um todo, buscando uma igualdade visando melhor distribuição de renda que pode transformar tudo isso para melhor. (TT)

Quanto à ocorrência do operador *mas*, no texto 03, esse contrasta duas porções textuais, levando a conclusões opostas. O primeiro parágrafo ao expor o problema do desrespeito aos direitos da criança levaria o interlocutor à conclusão de que não há solução para o abandono de menores no Brasil. No entanto, com os argumentos expostos no segundo parágrafo, apresenta-se uma conclusão segundo a qual é possível uma solução para o problema do menor abandonado no Brasil.

Polifonicamente, temos:

E1: As condições [...] não as favorecem para que esses direitos sejam gosados.

E2: As crianças não terão futuro melhor. (conclusão r).

E3: **Mas** tudo isso pode ser mudado quando houver mais impenho por parte da [...]

E4: As crianças terão um futuro melhor. (conclusão não-r)

No texto 03, o locutor se posiciona da seguinte forma: aprova E1, identifica-se com E3 e E4 e recusa totalmente E2.

Texto 04:

Na questão do menor abandonado, o Brasil tem uma legislação para tratar dos seus direitos, **mas** na prática o Estado é omissivo. (TP)

No recorte do texto 04 o produtor do texto utilizou-se do argumento de que o Brasil possui uma legislação que rege/cuida dos direitos reservados aos menores e adolescentes. Esse argumento leva o ouvinte à seguinte conclusão: O Estado (aqui entendido como algo maior) cuida dos seus menores. Ao introduzir o operador *mas* na proposição seguinte “*mas* na prática o Estado é omissivo”, o interlocutor deve perceber que há uma divergência entre o que já foi concluído e o que deverá sê-lo. Assim, a segunda conclusão (não-r) com base na última proposição será a de que o Estado não zela pelos seus menores.

Assim, temos a presença de conclusões diferentes orientadas pela função do *mas*PA.

A polifonia de enunciadores se apresenta da seguinte forma:

E1: Na questão do menor [...], o Brasil tem uma legislação para tratar dos seus direitos.

E2: O Estado cuida dos seus menores. (conclusão r)

E3: **Mas** na prática o Estado é omissivo.

E4: O Estado não cuida dos seus menores. (conclusão não-r)

Mais uma vez, identificamos que o locutor L do texto aprova E1, identifica-se com E3 e E4 e rechaça completamente E2.

c) *mas*SN em que o locutor rechaça parcialmente E1

Texto 05:

No Brasil é comum darmos aos problemas o tratamento mais superficial, e geralmente não como uma forma de prevenção, mas sim como solução trivial.

A adoção, na maioria dos casos, **não** resolve o problema da criança, **mas** sim do casal. (TP)

No texto do exemplo 05, o *mas* introduzido na segunda proposição, serve para retificar a ideia ou o fato de que a adoção é uma medida que resolve os problemas das crianças que vivem na rua. No ponto de vista do locutor, a adoção resolve o problema do casal. Como já foi destacado anteriormente, a proposição anterior vem sempre com uma partícula negativa.

Polifonicamente, teremos a seguinte estrutura para os enunciadores:

E1: A adoção resolve o problema da criança.

E2: A adoção, na maioria dos casos, **não** resolve o problema da criança.

E3: **Mas** sim do casal.

O locutor rechaça parcialmente E1, aprova E2 e se identifica com E3. Nesse caso específico, observamos que o rechaço ao E1 não é total, visto que o locutor utilizou a expressão “na maioria dos casos”, ou seja, em alguns poucos casos a adoção resolve o problema das crianças.

Texto 06:

[...] **não** são todas as famílias adotando por uma questão de amor, **mas** sim por um questão de dinheiro, afim de lucrar com a exploração infantil. (TP)

Em relação ao texto 06, o locutor do texto utilizou o *mas*SN com a função de retificar o fato de um outro enunciador ter dito que “todas as famílias (estão) adotando por uma questão de amor”. Conforme o locutor, as famílias estão adotando “por uma questão de dinheiro, a fim de lucrar com a exploração infantil”.

No tocante à polifonia, é possível identificar os seguintes enunciadores:

E1: Todas as famílias estão adotando por uma questão de amor.

E2: [...] **não** são todas as famílias adotando por uma questão de amor.

E3: **Mas** sim por uma questão de dinheiro, a fim de lucrar com a exploração infantil.

O locutor rechaça parcialmente E1, aprova E2 e se identifica com E3.

d) *mas*SN em que o locutor rechaça totalmente E1

Texto 07:

O problema do menor abandonado **não** se restringe à ausência de fraternidade, de um lar, **mas** de educação e disciplina. (TP)

O uso do *mas* com função de retificador é o que ocorre no exemplo do texto 07. Analisando esse exemplo, nos reportamos à questão da negação polêmica. Nesse caso, trata-se de um *mas*SN que refuta ou retifica algo dito antes. Conforme afirmou Guimarães (1987), o *mas*SN ocorre com a presença de uma partícula negativa na primeira proposição, como em “[...] não se restringe [...]” e é introduzido na segunda proposição com o objetivo de retificar aquilo que fora dito anteriormente, ou seja, na primeira proposição, nesse caso, o que é retificado é a ideia do problema do menor abandonado estar restrita “à ausência de fraternidade, de um lar”

É interessante observar que, ainda que o *mas*SN esteja desempenhando uma função de retificar ou refutar algo, é possível identificar vários pontos de vista.

Vejamos a distribuição do enunciado do texto 07, em relação aos enunciadores.

E1: O problema do [...] se restringe à ausência de fraternidade, de um lar.

E2: O problema do [...] **não** se restringe à ausência de fraternidade, de um lar.

E3: **Mas** de educação e disciplina.

O locutor L assume a seguinte posição: rechaça E1, aprova E2 e se identifica com E3.

Texto 08:

[...], deve-se ter o cuidado de não deixar a grandiosidade deste ato ser ofuscada por interesses pessoais em busca de “estereótipos padrões”, pois, **não** estamos lidando com produtos, **mas** com vidas. (TP)

No exemplo do texto 08, o locutor retifica a forma como as crianças devem ser tratadas. Não como meros produtos que podem ser escolhidos por “padrões”, mas como crianças que necessitam de cuidados.

Analisando a polifonia é possível identificar os seguintes enunciadores:

E1: Estamos lidando com produtos.

E2: **Não** estamos lidando com produtos.

E3: **Mas** com vidas.

A posição do locutor é a seguinte: rechaça totalmente E1, identifica-se com E3 e aprova E2.

5. DISCUTINDO OS RESULTADOS

Com base na descrição, foi possível mapear qual tipo de *mas* aparece com mais frequência na produção textual, bem como os posicionamentos dos locutores responsáveis pelos enunciados. A tabela abaixo sumariza a ocorrência de *masPA* e *masSN* no *corpus* analisado.

Tabela 1 - Distribuição geral dos operadores *masPA* e do *masSN* no *corpus*.

Operador	Ocorrências	Porcentagem
<i>masPA</i>	129	87%
<i>masSN</i>	18	13%
TOTAL /<i>mas</i>	147	100%

Conforme é possível observar na tabela 01, há uma predominância do uso do operador *masPA*, comparado com o uso da estrutura *masSN*. A partir dessa ocorrência é possível afirmar que os alunos produtores dos textos analisados têm maior familiaridade com aquela estrutura em detrimento do *masSN*.

Com relação ao *masSN*, ainda na tabela 1, é importante afirmar que identificamos apenas dezoito ocorrências dessa função retificadora em todo nosso *corpus*. Esse dado pode demonstrar que os alunos não mostram tanta familiaridade com essa estrutura, seja talvez pela própria função do *masSN* ou, possivelmente, pelo fato do espaço destinado à produção do gênero em questão limitar-se à apenas 10 ou 12 linhas e isso talvez não fosse suficiente para que o candidato produzisse/apresentasse um ponto de vista e em seguida retificasse esse ponto de vista. Sobre este último posicionamento nosso, percebemos que o mesmo merece mais investigações, visto que identificamos apenas 18 ocorrências da estrutura *masSN*, nossa posição aqui revela somente algumas breves especulações.

No entanto, o *masSN* apresentou algumas questões não identificadas ou descritas por Ducrot (1988), como a presença da polifonia marcada pelo elemento negativo *não*, e as

posições possíveis, por parte do locutor, em relação ao E1, ora o enunciador rechaça de forma total, ora pode de forma parcial.

No que se refere ao *masPA*, identificamos, além do uso previsto pela teoria (L rechaça totalmente E2), a ocorrência de um novo uso: em que o locutor responsável pelo enunciado rechaça parcialmente o segundo enunciador. A tabela abaixo sumariza esses casos:

Tabela 2 - Distribuição geral dos operadores *masPA*.

Operador	Ocorrências	Porcentagem
<i>masPA com rechaço total de E2</i>	41	32%
<i>masPA com rechaço parcial de E2</i>	88	68%
Total de <i>masPA</i>	129	100%

Uma rápida análise da tabela 2 revela, sobre o *masPA*, o predomínio de um posicionamento do locutor em relação ao E2, em que aquele rechaça parcialmente este ponto de vista. Esse fato revela que o locutor do texto, ao se posicionar em relação ao argumento apresentado, percebe que a conclusão, ou seja, o ponto de vista E2 não é tido como aceite para resolver determinado problema, mas que pode contribuir de alguma forma, ou seja, que pode ajudar. Dessa forma, o locutor entende que E2 não deve ser recusado integralmente. Em relação a essa “recusa parcial”, acreditamos tratar de duas possibilidades que merecem ser ainda investigadas com maior profundidade: essa forma de rechaço parcial é registro de um novo uso para o *mas* ou indica um problema com o uso dessa estrutura.

É importante ressaltar que essa posição do locutor de rechaçar parcialmente E2 não havia sido prevista por Ducrot (1988) nas suas análises, nem quando da definição das posições do locutor frente aos enunciadores.

O rechaço parcial também foi percebido em enunciados com o *masSN*. Salientamos que nesses enunciados a polifonia de enunciadores é ativada pela presença da palavra não, marca de negação polêmica. A tabela abaixo apresenta a ocorrência do rechaço total e do rechaço parcial do locutor responsável pelo enunciado com relação ao enunciador E1.

Tabela 3 - Distribuição geral do *masSN*.

Operador	Ocorrências	Porcentagem
<i>masSN com rechaço total de E1</i>	8	45%
<i>masSN com rechaço parcial de E1</i>	10	55%
Total de <i>masSN</i>	18	100%

Reiteramos que a tabela 03 destaca uma questão importante já apontada nas análises: o rechaço parcial e/ou total do locutor em relação a um enunciador. O que detectamos nas análises é que o locutor pode rechaçar totalmente ou parcialmente um enunciador, quando da utilização do operador *masPA*, conforme a tabela 2, mas também identificamos casos em enunciados construídos com a estrutura *masSN* em que o locutor rechaça totalmente ou parcialmente o enunciador E1, como está exposto na tabela 3.

Um ponto relevante decorrente do rechaço parcial diz respeito ao que Ducrot (1988) estabeleceu como regra para a posição do locutor em relação à E2. O que vimos é que haverá, sim, um rechaço, mas este pode ser total ou parcial. Essa questão (parcialidade ou totalidade) não foi apontada por esse autor.

A descrição polifônica do uso do *masPA* e dos enunciados em que aparece o *masSN* nos fez perceber que os posicionamentos do locutor são constitutivos do sentido dos enunciados, uma vez que são indispensáveis para verificar as conclusões pretendidas por ele com as suas prováveis intenções.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as questões aqui levantadas e discutidas, é pertinente afirmar que as estruturas por hora analisadas não podem ser consideradas apenas como partícula que serve para ligar termos ou orações com mesmos valores sintáticos, como estabelecem as gramáticas tradicionais, mas que sua função vai muito além disso. Seu uso é, na verdade, uma estratégia argumentativa.

Muito embora não fosse nosso objetivo tratar de questões relacionadas ao ensino do *mas*, mas verificar, na produção textual de alunos egressos do ensino médio, o funcionamento argumentativo que essa palavra assume, é possível refletir sobre a situação de produção dessa palavra, no contexto maior do Ensino de Língua Portuguesa.

Assim, observando o contexto de ensino aprendizagem de Língua Portuguesa no qual centenas de professores estão inseridos, esta pesquisa tem sua relevância ao buscar proporcionar aos docentes envolvidos na formação de alunos críticos e pensantes, conforme propõem os PCNs (1998), uma reflexão sobre o processo de ensino/aprendizagem de língua escrita, especificamente, em relação ao funcionamento das chamadas conjunções coordenativas adversativas, ou seja, possibilitar um outro olhar sobre os operadores argumentativos.

Logo, a desconsideração por essas estruturas linguísticas, se tratadas como termos destituídos de valores semânticos, simplesmente relacionais, como apresentam muitos manuais didáticos, pode impedir que leitores e produtores de textos descubram e usem estratégias argumentativas em suas produções escritas/orais.

Foi exatamente na produção textual de alunos egressos do ensino médio que pudemos mapear novos usos para a palavra *mas*, não previstos pela teoria linguística estudada. Isso pode significar duas coisas: ou os alunos ainda não têm proficiência suficiente sobre o uso desse operador, ou estão apresentando um uso novo, permitido pela própria estrutura da língua. Acreditamos que a hipótese mais provável seja a segunda, uma vez que a língua é dinâmica e, a partir do uso, a estrutura linguística é passível de transformação. No entanto, apenas futuras investigações poderão comprovar qual dessas hipóteses é a verdadeira.

Para o professor é importante que esteja atento para o funcionamento discursivo da palavra *mas*, bem como dos outros conectores e operadores, quando se materializarem na produção textual dos seus alunos, a fim de discutir, em sala de aula, prováveis efeitos de sentido gerados pela ocorrência dessas estruturas. Além disso, não deve agir de forma “preconceituosa”, mas reconhecer que novos usos são possíveis para as estruturas da língua, sempre verificando se esses usos funcionam discursivamente.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, José Armando de. **Redação escolar**: aspectos cognitivos de um gênero textual peculiar. Disponível em <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/cd/Port/60.pdf>. Acesso online em 10/02/10.

ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. **La argumentación en la lengua**. Versión española de Julia Sevilha e Marta Tordesillas. Madrid: Editora Gredos, 1994.

ARISTÓTELES. **Poética**. Porto Alegre: Globo, 1966.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 9ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

_____. Problemas da Poética de Dostoievsky. Tradução por Paulo Bezerra. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 2002. Tradução de Problemi poétiki Dostoiévskovo. [2 edição:1997]

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37ª ed.rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Revisão Técnica da Tradução Eduardo Guimarães. Campinas, SP, Pontes, 1987.

_____. **Polifonia e argumentação**: Conferencia del Seminario Teoria de la Argumentación y Analisis del Discurso. Cali, Universidad del Valle, 1988

ESPÍNDOLA, Lucienne. **A entrevista**: um olhar argumentativo. João Pessoa: Editora Universitária, 2004.

FARACO & MOURA. **Língua e literatura**. 12ª ed. São Paulo: Ática, 2002.

GUIMARÃES, Eduardo. **Texto e argumentação**: um estudo de conjunções do Português. Campinas. 4ª ed. São Paulo: Pontes, 1987.

KOCH, I. G. V. **A inter-ação pela linguagem**. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **A coesão textual**. 11ª ed. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **Argumentação e linguagem**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela e outros (Org.). **Gêneros textuais e ensino**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

_____. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. 2ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PLATÃO. **A república**. São Paulo: Martins Claret, 2000.

VOGT, Carlos; DUCROT, Oswald. De *magis* a *mas*: uma hipótese semântica. In: VOGT, Carlos: **Linguagem, pragmática e ideologia**. São Paulo: HUCITEC, 1980.